

Charles Tilly – Democracy

Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Antonio Lassance

O professor Charles Tilly, da Universidade de Columbia, encerrou sua trajetória acadêmica com a impressionante marca de 51 livros e mais de 600 artigos. O número em si ganha ainda mais relevo se associado aos depoimentos de alunos, professores e co-autores que testemunharam seu estilo de criar laços duradouros em torno do trabalho acadêmico, diferente do padrão muitas vezes competitivo e pouco colaborativo de muitos acadêmicos. Some-se a tudo isso o interesse de Tilly por grandes questões e teremos uma referência que se pode considerar como um clássico contemporâneo em teses centrais a respeito do Estado, dos movimentos sociais e da democracia.

A democracia foi, justamente, o tema do último livro desse professor da Universidade de Columbia, que morreu a 29 de abril de 2008. Ao dizer, no início do livro, que se tratava da obra de sua vida, ele menos se referia a uma tentativa de síntese de suas teses principais e mais ao fato de que a dimensão de seu estudo só era de fato possível por ter ele percorrido, anteriormente, um universo amplo de países, temas e grandes problemas do campo da política, da economia e da sociedade.

Citado igualmente como historiador, sociólogo, cientista político e cientista social, ele demonstra em *Democracy* sua capacidade de ostentar quaisquer das designações, ou todas elas. Adepto de estudos sobre grandes estruturas, processos de longa duração e comparações monumentais (aliás, nome de um de seus livros: *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*, de 1984), Tilly aventurou-se a abordar questões dos processos de democratização e de seu inverso, as “desdemocratizações”, em países como a França, os Estados Unidos e a Espanha, o Kazaquistão, a Jamaica, a Rússia e a Venezuela.

Numa combinação que é peculiar a todos os seus trabalhos, os painéis históricos, em *Democracy*, são emoldurados por conceitos e iluminados por uma teoria meticulosamente costurada ao longo da análise.

Contrariando a genealogia que remete a democracia aos “gregos”, o autor a considera como um fenômeno eminentemente moderno. As democratizações são o resultado das lutas sociais, de alcance político, que ganham corpo no século XVIII e se espalham por todo o mundo nos séculos XIX e XX. O autor considera como fenômenos centrais a Revolução Americana (compreendida por ele no período de 1765 a 1783, portanto, desde as primeiras revoltas até após a constitucionalização – em 1781 – da Revolução consagrada em 1776) e a Revolução Francesa (1789, mas alongando-se até o período napoleônico, que se encerra em 1815). Os dois marcos são essenciais à periodização, mas Tilly acrescenta também o fenômeno que ele considera como “ondas de democratização”. Ou seja, os processos são muitas vezes continentais ou mesmo mundiais, não respeitando fronteiras.

Tilly constrói sua linha analítica do fenômeno da democracia em contraste com abordagens que distingue como constitucionalistas, substantivistas, procedimentais e orientada por processos.

A primeira (constitucionalista) é aquela que dá importância central ao arcabouço legal erigido para reforçar normas em favor da democracia: a Constituição, as leis, as instituições clássicas de separação de poderes, o direito a voto, entre outros. A abordagem substantiva analisa até que ponto o regime promove bem-estar, equidade, segurança, liberdade. A perspectiva procedimental parametriza a democracia conforme procedimentos e regras que, se cumpridas, caracterizariam um determinado regime como efetivamente democrático. Em geral, essas regras dizem respeito à existência de eleições livres e competitivas, com resultados que sejam respeitados, inclusive na hipótese de mudanças significativas. A abordagem da democracia orientada por processos estabelece critérios que, mais do que as regras, apontam resultados associados a tais processos. Exemplificada pela formulação do político Robert Dahl (1998), tal abordagem qualifica como democráticos os regimes que tenham desenvolvido processos – com regras que podem ser variáveis – que alcançam resultados como participação efetiva, igualdade de voto, esclarecimento, controle (público) da agenda política e inclusão dos adultos.

Em *Democracy*, avalia-se que as quatro abordagens carecem de elementos essenciais à análise política, sendo parciais em suas perspectivas. A constitucionalista é vulnerável à crítica de que o mero aparato legal muitas vezes permanece incapaz de reproduzir situações que, de fato, não condizem com

regimes que deveriam ser democráticos. A substantiva, que aponta críticas nesse mesmo sentido à perspectiva constitucionalista, por sua vez, não dá conta de situações nas quais os regimes promovam mais igualdade, mas restrinjam a liberdade, mesmo que formalmente professem preservá-las. A procedimental restringe a democracia a um conjunto de mecanismos que, em si, nem sempre geram regimes democráticos. Finalmente, a orientada por processos, assim como as demais, acaba por limitar-se a classificar os países de maneira binária: democráticos, de um lado, e não-democráticos (ou antidemocráticos), de outro.

O ideal, de acordo com Tilly, seria ultrapassar classificações do tipo “sim-não” (democráticos e não-democráticos) e alcançar uma tipologia baseada em uma lista de variáveis cruciais.

A democracia é, em *Democracy*, como um certo conjunto de relações entre Estado e cidadãos. Essas relações são qualificadas por pelo menos quatro elementos fundamentais: extensão (“breadth”, ou seja, se são muitos ou poucos os grupos de cidadãos que conseguem expressar demandas em direção ao Estado), igualdade (até que ponto há chances não muito díspares, entre os grupos, de transformarem suas demandas em ação do Estado), proteção (as liberdades a serem respeitadas pelo Estado nessas relações com os cidadãos) e, finalmente, compromissos mútuos assumidos (“mutually binding consultation”).

As relações estabelecidas à luz desses elementos resultam em processos de democratização ou desdemocratização.

Em seu esboço analítico, o autor reserva grande importância à capacidade do Estado. Diz ele que nenhuma democracia tem condições de funcionar se o Estado perde capacidade de supervisionar o processo democrático de tomada de decisões e de colocar seus resultados em prática. A baixa capacidade do Estado inibe a democracia.

Assim sendo, democratizar um país significa ampliar os horizontes de igualdade e liberdade para garantir a participação cada vez maior e mais intensa dos cidadãos; ampliar a proteção às manifestações de opinião e à tomada de posição; obrigar, de modo cada vez mais efetivo, a que as decisões da maioria, respeitadas as condições de igualdade e liberdade, sejam postas em prática.

A combinação entre os elementos democráticos (extensão, igualdade, proteção e compromissos mútuos assumidos) e capacidade do Estado gera

quadrantes que permitem situar os regimes em quatro tipos: os não-democráticos de alta capacidade, os não-democráticos de baixa capacidade, os democráticos de alta capacidade e os democráticos de baixa capacidade.

Com um quadro cartesiano simples, o autor de *Democracy* propõe uma cartografia básica dos processos políticos de modo a localizar os Estados nacionais em quadrantes, do de mais baixa capacidade e menos democrático ao de maior capacidade e altamente democrático.



Embora os países possam ser “fotografados”, em um dado momento, num quadrante específico que os distingue de países em outras condições do processo democrático, a tentativa de Tilly é a de buscar não só mapear onde está cada país em termos de sua qualificação democrática, mas sobretudo seguir o rastro de suas democratizações e desdemocratizações.

Para evitar as simples fotografias instantâneas dos regimes e filmar o movimento de suas trajetórias, Tilly se vale da História, a começar pelo uso de cronologias dos processos de democratização e desdemocratização. Paralelamente, a análise comparada verifica trajetórias alternativas, soluções e dilemas que colocam os países em situações bastante diferentes.

Ao analisar diferentes trajetórias históricas, o autor avança em explicações sobre os fenômenos de democratização e desdemocratização e aponta para três questões cruciais: 1) as redes interpessoais de confiança: elas ganham dimensão pública na política, e lá têm canais apropriados de expressão, ou têm tal perspectiva frustrada? 2) desigualdades categóricas: a política trata o problema da desigualdade? E se o faz, é no sentido de ampliá-la ou de restringi-la? 3) os centros autônomos de poder: eles se sobrepõem à ação

Estatal ou o Estado revela suficiente capacidade de impor decisões que obriguem a todos?

Tal conjunto de preocupações ou dilemas da democracia conflui para uma questão básica, que sussurra pelas entrelinhas de *Democracy*: até que ponto as instituições políticas do Estado de fato recepcionam a dinâmica das lutas políticas que definem o resultado dos conflitos de interesse? Ou, ao contrário, ocorre que os atores políticos e os grupos sociais tomam suas iniciativas como centros autônomos de poder, às expensas das instituições de um Estado tornado cada vez mais frágil?

Tilly deve ser lembrado pela importância que conferiu às lutas sociais como promotoras de mudanças políticas, seja para processos de desdemocratização ou de democratização. Ele sempre destacou a importância das revoluções, dos movimentos sociais e de seus contenciosos no processo de alteração das relações entre os cidadãos e os Estados nacionais. Os resultados desses choques foram diversos. Aliás, se há uma característica comum é a das reviravoltas.

A abordagem apresentada em *Democracy* contrapõe-se à surgida na ciência política do Pós-Guerra, segundo a qual as democracias, para se tornarem regimes fortes o suficiente para se contraporem às ditaduras, do tipo nazi-fascista ou as do Leste Europeu, deveriam restringir a participação e evitar que o excesso de demandas e a multiplicidade de opiniões paralisassem os processos decisórios ou os tornassem inconsistentes e incongruentes. Tilly não considera que o Estado aumente sua capacidade restringindo demandas, limitando a participação, mas sim se mostrando hábil no atendimento às reivindicações e organizando soluções, na forma de políticas públicas, aptas a agregarem interesses em conflitos e evitar que eles redundem em contenciosos agudos.

Para um trabalho monumental, que utiliza a História como sua argamassa básica, uma crítica que cabe a Tilly é a de ter negligenciado deliberadamente a discussão travada pelo historiador Moses Finley e endereçada aos teóricos elitistas da ciência política dos anos 1940 e 50. Finley foi professor em Columbia bem antes de Tilly, mas ainda hoje é considerado uma referência obrigatória sobre a Antigüidade clássica (Grécia e Roma). Em um livro sobre a democracia dos antigos e a dos modernos, tema tantas vezes revisitado na ciência política, Finley contrapõe-se à visão elitista e procedimental inaugu-

rada por Schumpeter e acompanhada por Lipset, Berelson e tantos outros. Para Tilly, a Grécia nada tem a ver com o debate atual sobre democracia.

Na verdade, o que chamamos hoje de “Grécia” sequer existia na Antigüidade, quando os povos helênicos eram divididos em inúmeras cidades-Estado. Atenas era apenas uma delas e sua experiência democrática foi restrita a um período de sua história. Mas Finley pontua o quanto a democracia ateniense é importante para se entender desde a etimologia até o conceito e os dilemas da democracia. Neste sentido, seus temas seriam extremamente atuais: o princípio da maioria, os riscos impostos à minoria e o pavor, registrado por Aristóteles (que é assemelhado por Finley, junto com Platão, aos teóricos elitistas da política), de que, sendo os pobres a maioria, a democracia se tornasse, essencialmente, um governo dos pobres contra os ricos. Finley também aborda o problema do escravismo grego, mas, se este for o critério, Tilly comete o erro de traçar a linha da democratização nos EUA a partir da Revolução Americana de 1776 (quando os Estados Unidos eram escravistas), e não (e muito tardiamente) a partir do final dos anos 1960, quando de fato a luta pelos direitos civis confere direito de voto e garantias aos negros naquele País.

A segunda crítica é que comparações entre diferentes países continuam sendo extremamente delicadas. As considerações de *Democracy* sobre o Brasil são, no mínimo, bastante superficiais e desatualizadas. Uma visão detalhista faz com que apareçam em *Democracy* algumas distorções, que, por sinal, suscitaram uma crítica de Tilly ao trabalho da ONG Freedom House. A Freedom House utiliza uma lista, que combina critérios de tipo procedimental com a orientada por processos, para classificar (com notas de 1 a 7) países mais (1) ou menos (7) democráticos, conforme o atendimento a essas regras. O fato é que tanto a Freedom House quanto *Democracy* ainda estão longe de encontrar uma lista de variáveis que não sejam, na verdade, incógnitas. Tilly não desconhece o problema. Transforma-o num desafio: o de deixar o retrato instantâneo dos regimes um pouco de lado e puxar mais pela trajetória política dos Estados. As possibilidades de avanço nessa linha só podem ser vislumbradas na perspectiva de uma colossal agenda de estudos, com inúmeros pesquisadores, capazes de olhar mais cuidadosamente para questões gigantescas que Charles Tilly, como poucos, soube delinear com sua visão telescópica.

Referências bibliográficas

- DAHL, Robert. (1998). *On democracy*. New Have: Yale.
- FINLEY, Moses. (1998). *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- PATEMAN, Carole. (2002). Self-ownership and property in the person: democratization and a tale of two concepts”. *The Journal of Political Philosophy*, v. 10, nº. 1, p. 20-53.

■ Gabriel Eduardo Vitullo - Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea

Porto Alegre: Sulina, 2007.

Assis Brandão

Gabriel Eduardo Vitullo é um politicólogo argentino que ensina Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Ciência Política e Direito pela Universidade de Buenos Aires (UBA), realizou Mestrado e Doutorado no Brasil, ambos em Ciência Política, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea* é a sua tese de doutorado em forma de livro.

Na obra, o autor realiza dois objetivos fundamentais: 1. empreende acerba crítica às teorias hegemônicas de explicação da passagem do autoritarismo para a democracia na América Latina nas últimas décadas; e 2. analisa o extremo vazio das instituições constituintes das democracias “realmente existentes” na América Latina, mas fundamentalmente aquelas da democracia Argentina. Suas duas hipóteses principais são: 1. que os estudos clássicos de transição e consolidação democrática na América Latina, por estarem pautados pela concepção elitista da democracia, são incapazes de interpretar as